

Deputado faz denúncia de desvio de verbas do Metrô ^{DF}

O deputado distrital Carlos Alberto (PPS), denunciou ontem em discurso na Câmara Legislativa, que documentos em poder do Ministério Público Federal apontam mais de 20 irregularidades nas obras do metrô. Os documentos fazem parte de um inquérito aberto a partir de declarações atribuídas ao secretário de Obras do GDF, José Roberto Arruda, pelo coordenador da 14ª região do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, (IBPC), Carlos Magalhães. O coordenador afirma em depoimento que Arruda disse a ele haver "detectado evidências de que, em duas ou três ocasiões, o governador Joaquim Roriz tinha usado recursos provenientes das empreiteiras do metrô, citando as campanhas eleitorais de Luziânia e Padre Bernardo".

Segundo o deputado, uma testemunha da conversa entre Arruda e Magalhães, também em depoimento, confirmou que ouviu do secretário de Obras que ele "teria fortes indícios de que o governador Joaquim Roriz era quem desviava dinheiro da obra do metrô". A testemunha é o advogado Paulo Castelo Branco, que presenciou a conversa por

ser amigo dos dois envolvidos. O advogado foi procurado pelo **CORREIO BRAZILIENSE** e confirmou a conversa. Ele preferiu não dar entrevista porque, segundo ele, o que tinha a dizer já foi dito em juízo.

Conforme denúncia do deputado, Carlos Magalhães explicou que o encontro com o secretário aconteceu após um telefonema em que Arruda disse precisar ter uma conversa grave com ele. Segundo Magalhães, na conversa foi discutido o metrô, uma possível abertura de inquérito sobre as obras e o vazamento de informações para um jornal. Arruda tinha medo de que uma matéria do jornal sobre o metrô pusesse em risco o seu futuro político. Arruda jurou inocência em qualquer irregularidade e chegou a chorar afirmando que com ele as coisas eram corretas, segundo depôs Carlos Magalhães.

Ainda conforme relato do deputado Carlos Alberto, o coordenador do IBPC disse a Arruda que tinha dúvidas quanto ao valor real das obras do metrô e ficou surpreso com a afirmação do secretário de que estava tudo correto porque ele mesmo tinha diri-

gido o grupo de trabalho que elaborou o orçamento do metrô. Carlos Magalhães disse que não tinha conhecimento de que Arruda já havia orçado ou dirigido uma obra grande como o metrô.

Carlos Magalhães perguntou então quem era que não estava agindo corretamente e quem estava roubando. Foi neste momento da conversa que Arruda admitiu ter o Governador Joaquim Roriz usado o dinheiro das empreiteiras do metrô para campanhas políticas.

O advogado Paulo Castelo Branco que testemunhou a conversa entre Carlos Magalhães e o secretário de obras do GDF participou do governo entre fevereiro e dezembro de 1991 como diretor administrativo da Caesb. Ele foi apresentado ao governador Roriz e a Arruda pelo diretor da (Shis), Renato Malcotti, na época da última eleição, quando se discutia a possibilidade de reeleição de Roriz. Ele foi convidado a integrar a coordenação especial do metrô por Arruda, mas recusou. Apesar disso, recebeu salários como consultor jurídico. Paulo Castelo Branco devolveu o dinheiro ao GDF.



O Ministério Público está investigando o uso de verbas destinadas ao metrô em campanhas eleitorais